

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUIS GABRIEL VALVASSORI REIS

**QUALIDADE DA EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS
DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO ISE DA B3**

CRICIÚMA

2020

LUIS GABRIEL VALVASSORI REIS

**QUALIDADE DA EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS
DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO ISE DA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) Dr. Silvio Parodi Oliveira Camilo.

CRICIÚMA - SC

2020

LUIS GABRIEL VALVASSORI REIS

**QUALIDADE DA EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS
DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO ISE DA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em governança corporativa.

Criciúma, 10 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Silvio Parodi Oliveira Camilo – Doutor – (UNESC) - Orientador

Profa. Andréia Citadin - Mestra - (UNESC)

Prof. Milla L. F. Guimarães - Mestra - (UNESC)

Dedico este trabalho ao meu pai, por ser um profissional exemplar e ético, como o qual, almejo ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, por ter me dado a oportunidade de cursar o curso de Ciências Contábeis, e poder finalizá-lo.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Silvio Parodi, por me orientar de forma clara e precisa, pela sua paciência e colaboração em todas as partes de elaboração do presente trabalho.

Agradeço também a minha família, pela motivação, em especial minha namorada, pelo suporte e auxílio durante o desenvolvimento do trabalho.

“Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.”

Benjamin Franklin



QUALIDADE DA EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NAS EMPRESAS PERTENCENTES AO ISE DA B3

Luis Gabriel Valvassori Reis¹
Sílvio Parodi Oliveira Camilo²

RESUMO: O gerenciamento de riscos socioambientais é componente indispensável das práticas adotadas no controle estrutural da organização, e segue preceitos indispensáveis estabelecidos pelo sistema de governança corporativa. É fator preponderante, servindo de base para segurança do crescimento empresarial e atraindo positivamente novos investidores. Considerando o exposto, o objetivo geral consiste em verificar a qualidade das informações divulgadas, acerca da gestão de riscos socioambientais nas empresas listadas no ISE da B3. Para concretização da análise realizada, adotou-se a abordagem mista, possuindo etapa qualitativa e quantitativa, mediante objetivos descritivos. Os dados foram obtidos mediante análise dos relatórios empresariais a partir de categorias de análises extraídas de conteúdo bibliográfico. Com base na análise desenvolvida, a maioria das empresas, representando 53,57% delas, foram classificadas como boas na evidenciação das informações quanto ao gerenciamento de riscos socioambientais. Entre as demais, 17,86% foram classificadas como ótimas, 21,43% como regulares e 7,14% como insuficientes na evidenciação das informações. Demonstra-se que a maioria das empresas seguem as recomendações do GRI, evidenciando suas práticas acerca do gerenciamento de riscos socioambiental. Conseqüentemente, empresas com maior evidenciação tem maior potencial para serem mais atrativas e prestarem maior confiança aos investidores.

PALAVRAS – CHAVE: Governança Corporativa, Sustentabilidade, Estrutura organizacional, Confiabilidade de investimentos.

AREA TEMÁTICA: Contabilidade Gerencial

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, os avanços e melhorias estão sendo colocados em prática cada vez mais rápidos. Esses avanços atingem diversas áreas e principalmente as que estão envolvidas e que movimentam capital. Dentre as instituições que estão diretamente ligadas com essas práticas, estão as organizações empresariais, objeto deste estudo.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Professor Doutor do Curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



O presente estudo considera a sistemática pelas quais as empresas são governadas como determinante para a perpetuação, crescimento econômico, sustentabilidade empresarial e gestão eficiente.

Na visão de Andrade e Rosseti (2007), a governança corporativa é utilizada para a profissionalização das empresas, visando buscar melhorias na administração, organização da entidade e por isso a governança corporativa, é compreendida como um tema emergente envolvendo uma forma de direção e monitoramento de entidades. Um fator importante para uma boa governança corporativa é o desenvolvimento de controles internos que irão assegurar que as atividades desenvolvidas estejam em consonância com os seus valores. Dentre as ações realizadas para atingir boas práticas de governança corporativa, está o gerenciamento de riscos, enfoque do presente estudo (GIACOMELLI et al., 2017).

A gestão de riscos em uma organização é de suma importância para a gestão da entidade, pois irá auxiliar em tomadas de decisões. Com isso, as empresas que possuem uma gestão de riscos adequada, possuem maior credibilidade com seus investidores e conseqüentemente proporcionarão maior segurança a eles na hora de investir. Empresas que possuem esse diferencial se destacam em relação as que não dirigem atenção a tais práticas, que podem ocasionar percepções do mercado investidor.

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização, formulado para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos (COSO, 2007). O risco pode ser dividido em três formas: risco de negócio, risco estratégico e risco financeiro (PINHO et al., 2011).

Além da análise quanto à gestão de risco, outro ponto que leva ao sucesso das empresas é a preocupação com a sustentabilidade. É notório o entendimento de que as empresas que buscam ser mais sustentáveis têm vantagens quando comparadas as que não possuem esse pensamento. A presença da gestão sustentável nas empresas, faz com que elas ao longo prazo, possuam vantagens entre as demais, em decorrência do resultado positivo que irão adquirir (TIOZO; LEISMANN, 2019).

Sabendo disso, o presente estudo realizou uma análise das medidas adotadas em relação a gestão de risco socioambiental de 28 empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Ponderando a importância e relevância da referida análise para o âmbito científico, estabelece-se como questão de pesquisa: Como são evidenciadas a qualidade da evidenciação das informações acerca da gestão de risco socioambiental das empresas listadas no ISE da B3?

Considerando o presente contexto, este estudo tem como objetivo geral verificar a qualidades das informações divulgadas, acerca da gestão de riscos socioambientais nas empresas listadas no ISE da B3, para entender como essas empresas organizam-se frente ao mercado brasileiro que é tão volátil. Para alcançar o referido objetivo, tem-se se os seguintes objetivos específicos: levantar os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas para identificar como elas relatam a forma de gestão de riscos socioambiental, analisando a qualidade de suas informações;



caracterizar as empresas integrantes do estudo e classificar a evidenciação da gestão de riscos, analisando os dados levantados.

O estudo em questão se justifica devido ao fato de que atualmente dentre as inúmeras crises e dificuldades enfrentadas, principalmente no Brasil, poucas empresas conseguem tornar-se sucedidas em sua administração a níveis desejáveis. Um fator preponderante para esse sucesso é uma adequada gestão de riscos, a fim de atingir tal patamar, preocupando-se ainda com a sustentabilidade, o que não é comum atualmente.

O trabalho será estruturado em cinco seções dispostas da seguinte forma: a introdução apresenta de forma sucinta o tema que será aprofundado. A segunda seção aborda a fundamentação teórica que contempla os conceitos e referenciais que foram utilizados para a elaboração da análise. A terceira seção expõe a metodologia que apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A quarta seção foi elaborada com base na análise e mensuração dos riscos das empresas objetos do presente estudo. Na quarta seção, também foram analisadas as informações disponibilizadas pelas empresas, verificando a prática da gestão de risco socioambiental. A quinta seção é composta pelas considerações finais que auxiliam os leitores a compreender com maior facilidade a importância de ser uma empresa integrante da ISE e possuir destacada gestão de riscos socioambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa é essencial para as empresas, conforme disposição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

A governança corporativa cuida da estrutura institucional e política das corporações desde o início do empreendimento, passando por suas estruturas de governança, direito societário e privatização, até a saída do mercado e a insolvência. A integridade das corporações, instituições financeiras e mercados é especialmente importante para a saúde de nossas economias e sua estabilidade. A Governança Corporativa é muito importante para a empresa, pois envolve relações entre a administração da mesma e seu conselho, seus acionistas e as demais partes interessadas. Além disso, a boa governança permite uma melhor estrutura de definição de objetivos e maneiras de atingi-los (NESPOLO; DIAS; MILAN, 2011).

A governança corporativa é considerada como meio de direção das relações e conflitos entre as partes envolvidas no processo de tomada de decisão. No momento de delegações de poderes, poderá resultar em conflitos de agência que são conflitos internos das organizações, principalmente no momento da sucessão da administração por conflitos de interesses, derivados do oportunismo em face ao distanciamento dos proprietários, favorecendo assim a ocorrência de expropriações dos direitos da minoria em virtude dos atos oportunistas de quem está em posição superior. Isso demonstra um dos vários fundamentos da necessidade de avanço da governança corporativa dentro das organizações. Assim, dentre os diversos fatores que tornam a



governança corporativa imprescindível está a volatilidade do mercado, estruturação quanto aos processos adotados e transparência dos mesmos (ANDRADE; ROSSETT, 2007).

A governança corporativa também é considerada como um sistema de monitoramento das empresas e consiste num conjunto de normas que objetivam oferecer segurança aos proprietários, por meio da disponibilização de dados, o que permite o acompanhamento da tomada de decisões. Além disso, serve como meio para possibilitar aos diferentes *stakeholders* a utilização de mecanismos para facilitar controle dos seus direitos e também proporciona interação entre os proprietários, conselho de administração e direção executiva. Assim, cita-se que a governança oferece os meios para ajustes de possível conflitos entre proprietários e agentes executores (BENETTI, 2019).

Ao analisar o significado de governança corporativa, Rosenau (2000) conceitua que governança implica mecanismos informais que induzem pessoas e organizações, dentro de suas respectivas áreas de atuação, a terem uma determinada conduta. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2017) define que governança corporativa se constitui de práticas e relacionamentos entre acionistas, diretoria, conselho administrativo, conselho fiscal e auditoria independente, com o objetivo de facilitar o acesso ao capital e otimizar os números de desempenho da empresa, contribuindo com a qualidade da gestão da companhia, sua longevidade e o bem comum.

A governança corporativa é o sistema e a estrutura de poder que regem os mecanismos pelos quais as organizações são dirigidas e controladas. Por meio de seus princípios básicos, elencados no quadro 01:

Quadro 01 - Descrição dos princípios básicos da governança corporativa

Princípios	Descrição
Transparência	Considera-se que mais do que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam do seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência deve contemplar todo e qualquer tipo de informação da organização, não se limitando apenas as econômicas e financeiras.
Equidade	Se caracteriza pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (<i>stakeholders</i>). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.
Prestação de contas	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.
Responsabilidade Organizacional	Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade e incorporando considerações



	de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.
--	--

Fonte: IBGC, 2017.

Ainda sobre o tema, pode-se conceituar a governança corporativa como o meio de direção e controle de sociedades que têm origem nas relações e conflitos entre as partes envolvidas e alcançadas pelo processo de tomada de decisão. (BENETTI et al, 2019). Sendo assim, a governança corporativa é importante para toda e qualquer empresa, independente do porte, pois ela é responsável pela profissionalização das mesmas.

Ante o exposto e diante da importância de boas práticas da governança corporativa para as empresas, no tópico subsequente aborda-se especificamente, o gerenciamento de riscos. A gestão de risco objetiva o aumento da confiança na capacidade de organização da empresa frente aos eventuais riscos inerentes a atividade desenvolvida.

2.2 GESTÃO DE RISCOS

Como requisito importante e indispensável para estabelecimento de uma boa governança corporativa é a realização do gerenciamento de riscos corporativos. O processo é conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização. Possibilitando assim, a garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos (COSO, 2007).

O gerenciamento de riscos possui como finalidade o alinhamento do apetite de risco em consonância com a estratégia adotada; o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos; a redução das surpresas e prejuízos operacionais.; a identificação e administração dos riscos múltiplos; a aproveitar oportunidades e otimizar o capital (COSO, 2007).

O gerenciamento de riscos corporativos foca no cumprimento dos objetivos estabelecidos por uma organização específica e fornece parâmetros para definir a eficácia desse gerenciamento. (COSO, 2007). Assim, a Gestão de Riscos é tão importante para todas as empresas, de qualquer porte, de qualquer setor, quanto mais organizada é a empresa, menos risco ela correrá em relação a volatilidade do mercado em que estará exposta.

Considerando o atual período, a importância do tema demonstra que a gestão de risco é fator significativo na avaliação para a gestão das empresas, tanto em fatores internos como: redução de custos, auxiliar no processo de produção, quanto externos como: valor de mercado, atratividade, principalmente em períodos de instabilidade econômica e política. Assim, considerando o atual período que o Brasil enfrenta, frisa-se a importância e relevância das informações como fator de avaliação empresarial. (SANTOS; COELHO, 2018).

No âmbito das finanças, Damodaram (2009), define o risco como a “variabilidade dos retornos observados de um investimento em comparação com um retorno esperado do investimento”. Já Alexandre Oliveira et al., (2008), conceitua o risco da seguinte forma:



No ambiente empresarial, o risco está contextualizado nos eventos que não podem ser controlados, ou que precisamente independe das ações dos administradores que estão inseridos em uma transação, seja essa transação comercial ou financeira. Esses riscos podem ser previstos, ou ao menos conhecidos, porém sua ocorrência e seu efeito são de difícil mensuração. A gerência pode constituir um sistema de controles que possibilitem a mitigação desses riscos, monitorando e controlando. A possibilidade de um evento inesperado se caracteriza pela incerteza dos agentes em um determinado evento (OLIVEIRA et al., 2008, p. 176).

Devido a importância de identificação e mitigação dos riscos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas criou a ISO 31000/2009 que trata sobre as inovações nesse tipo de gestão, fornecendo princípios e diretrizes para a gestão de riscos. As normas elaboradas quando corretamente implementadas, possibilitarão a organização melhorar a identificação das oportunidades e ameaças, melhorar os controles, o desempenho e a prevenção de perdas. Também irá estabelecer uma base confiável para a tomada de decisões, encorajando uma gestão proativa e consequentemente aumentando a probabilidade de atingir os objetivos, os quais a empresa almeja. (ABNT, 2009)

O gerenciamento de riscos corporativos pode ser considerado como processo contínuo que por meio da organização fluirá, devido a condução dos profissionais em todos os setores e níveis da organização. O referido processo será aplicado às definições das estratégias e identificação de potenciais riscos que poderão afetar a organização (COSO, 2007).

A filosofia de gerenciamento de riscos de uma organização representa as convicções e as atitudes compartilhadas, o que caracteriza a maneira pela qual essa organização considera o risco em todas as suas atividades e reflete os valores da organização, influenciando sua cultura e estilo operacional. Tem efeito sobre o modo pelo qual os componentes do gerenciamento de riscos corporativos são aplicados, inclusive como os eventos são identificados, os tipos de riscos aceitos e a forma como são administrados (COSO, 2007).

Dentre os possíveis riscos existentes sejam externos ou internos para as atividades empresariais e o bom funcionamento da mesma, enfoca-se na abordagem acerca dos riscos socioambientais. Referidos riscos contemplam as questões sociais e ambientais como os pontos relacionados aos empregados, benefícios recebidos, condições laborativas e impacto local. Além disso, os riscos mencionados também contemplam a preocupação com os recursos naturais, sejam eles água, energia, emissões, efluentes, descarte de resíduos, entre outros (GRI, 2019).

Assim, considerando a eminente e crescente preocupação com as questões ambientais e sociais, tem-se como fator indispensável ao estudo em apreço, a abordagem quanto a sustentabilidade.

2.3 SUSTENTABILIDADE



Um dos temas mais utilizados e pensados na atualidade é o desenvolvimento sustentável, com a visão de gerar resultados sem impactar negativamente o meio ambiente.

O discurso da sustentabilidade tem se intensificado ao longo das últimas décadas, trazendo à tona uma série de inquietações relevantes ao debate sobre questões a ela relacionadas (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Apesar da importância de se fomentar esse debate no campo das ideias, essa mesma intensidade não tem se refletido no âmbito das ações. Segundo Brunstein, Godoy e Silva (2014), tanto no que diz respeito às ações individuais quanto às que envolvem questões sociais, políticas, econômicas, de governo e organizacionais, a ideia âncora do desenvolvimento sustentável é continuamente, de um lado, acolhida e difundida, e de outro, refutada, na mesma proporção.

Ainda sobre o tema, é pertinente o exposto por Farias (2019):

Essa ideia é reforçada por Huckle (2014) quando, ao contextualizar a sustentabilidade, destaca que, para sobreviver e desenvolver, as pessoas devem trabalhar com as partes humanas e não humanas da natureza, a fim de produzir os bens e serviços de que necessitam. A manutenção de uma sociedade em longo prazo requer não apenas um fornecimento seguro e contínuo de matérias-primas, trabalho humano e tecnologia utilizada diretamente no processo de produção, mas também uma fonte semelhante de condições que tornem esse processo possível. Isto é, recursos como água limpa, serviços como reciclagem, além de saúde e educação para os trabalhadores e suas famílias, um nível razoável de estabilidade social, fornecimento de espaço urbano e rural planejados suficientemente bem para garantir o bem-estar humano. (FARIAS; COELHO; COELHO, 2019 *apud* HUCKLE, 2014)

De acordo com a B3, bolsa de valores brasileira, o ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. E tem como missão apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e na indução à adoção das melhores práticas de sustentabilidade empresarial.

Com a conscientização da sociedade acerca das questões sociais e ambientais, as empresas se viram cobradas e obrigadas a adotarem atitudes socialmente e ambientalmente sustentáveis. Corrobora com o exposto, Mazzer (2015), ao mencionar que há crescente exigência por parte dos consumidores por práticas éticas, transparentes e socialmente responsáveis nas empresas. Assim, as instituições empresariais buscam demonstrar suas responsabilidades com a questão sustentável no exercício de suas atividades. Além disso, a legislação e a comunidade também cobram das empresas o engajamento aos benefícios ambientais e sociais (SILVA; LUCENA, 2019).

De acordo com o *site* da B3 – Brasil Bolsa Balcão (2016), a partir da década de 1990, iniciou-se uma tendência de os investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicarem seus recursos. Essas aplicações denominadas de investimentos socialmente responsáveis (ISR), são fatores preponderantes nas escolhas do investimento, pois as empresas



sustentáveis geram valor aos acionistas ao longo prazo, tendo em vista estarem preparadas para enfrentar os riscos econômicos, sociais e ambientais.

O ISE tem como principal propósito, refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas reconhecidamente comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e, também, que atuem como promotoras de boas práticas no meio empresarial brasileiro. Considerado como um *benchmark*, ou seja, marca de referência, o ISE é baseado em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (B3, 2019).

Desta forma, as empresas se veem compelidas a desenvolverem suas atividades de forma sustentável respeitando o tripé da sustentabilidade: economia, sociedade e meio ambiente. As perspectivas de lucro e crescimento ficam cada vez maiores, pois a capacidade de competição de uma organização depende da sua capacidade de mudar e de desenvolver novas direções estratégicas. Assim, para a obtenção de vantagens competitivas, deverá pensar em novidades, considerando ideias e soluções que ainda são desconhecidas (SILVA; LUCENA, 2019).

A observação das medidas previstas mediante o ISE, ainda contribuem da seguinte forma:

Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (ISE, 2019).

O índice é medido anualmente entre dois períodos, por exemplo os anos de 2018 e 2019. Para adentrar no ISE há três categorias de participação, Elegível, Treineira e Simulado. A participação nas categorias Treineira e Simulado é aberta a todas as empresas listadas na B3, enquanto a categoria Elegível é aberta apenas para as emissoras das 200 ações mais líquidas. As empresas interessadas em participar do processo devem se inscrever por meio eletrônico e recebem acesso ao sistema on-line, onde receberão mais instruções e responderão ao questionário que serve de base para o processo de avaliação (B3,2019).

O Índice de sustentabilidade empresarial é pautado em quatro fundamentos, sejam eles:

1. Transparência.
Dar transparência ao processo ISE B3 e às respostas das empresas ao questionário.
2. Diálogo com as partes interessadas e a sociedade.
Criar e manter ativos os canais entre as partes interessadas e a sociedade em geral, como fundamento para legitimidade, representatividade e atualidade do ISE B3 como expressão das suas expectativas sobre a sustentabilidade empresarial.
3. Aperfeiçoamento contínuo de escopo e do processo.
Atualizar anualmente o questionário ISE B3, com base em pesquisa acadêmica e processos participativos, de modo a mantê-lo em sintonia com o estado do conhecimento em sustentabilidade e com as expectativas da sociedade. Conhecer os desafios e oportunidades do processo USE B3, agindo de modo a otimizar sua eficiência operacional e sua capacidade de atender aos objetivos estratégicos.
4. Autonomia financeira, metodológica e decisória.



Garantir as condições materiais, técnicas e de gestão para que o ISE B3 tenha legitimidade e credibilidade necessárias para cumprir seu papel e avançar em sua missão (B3, 2019).

Além dos fundamentos, possui como objetivos estratégicos, aumentar a relevância do ISE B3 para os investidores, fortalecer o papel do ISE B3 para uma cultura de sustentabilidade nas empresas e ampliar o seu reconhecimento pela sociedade. Os objetivos visam a evidenciação das relações entre sustentabilidade e desempenho econômico, facilitando a identificação para os agentes do mercado, inclusive para os investidores e para o público em geral (B3, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

As pesquisas científicas podem ser realizadas a partir da abordagem qualitativa quando utiliza a coleta de dados como fonte de análise ou da abordagem quantitativa quando utiliza técnicas de estatística com o objetivo de demonstrar por intermédio de números os conhecimentos observados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em adição, segundo o que dispõe Matias (2016), uma pesquisa será qualitativa quando não utiliza métodos e técnicas estatísticas, ou seja, é descritiva. Já a quantitativa tem como característica a quantificação por meio de técnicas sejam complexas ou simples. Ambas são os grandes métodos do ponto de vista macro, entretanto também há o método misto que representa a junção das anteriores mencionadas.

O método misto concentra-se na coleta de dados e análise, misturando dados quantitativos e qualitativos no mesmo estudo, proporcionando melhor entendimento da pesquisa realizada (CRESWELL, 2014). O presente estudo possui uma abordagem mista quanto a questão problema. A abordagem qualitativa é verificada na coleta de dados dos relatórios anuais e das diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI)*, já a quantitativa é utilizada no momento da análise dos dados, classificação e caracterização das empresas.

O trabalho mediante análise documental, realiza um conjunto de descrições, pois além de elencar as características com base no GRI, conforme a sua aplicação nas empresas listadas na B3, terá a preocupação de demonstrar a sua importância. Assim como é realizada a descrição das atividades desempenhadas pelas empresas listadas e dos resultados obtidos. Para Trivinos (1987), uma pesquisa será descritiva quando é realizada uma análise das informações sobre o assunto central, para que então seja possível detalhar os fatos e fenômenos deste tema.

A análise bibliográfica é assim definida por Matias (2016):

Pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações, manuais, normas técnicas, revisões, trabalhos de congressos, *abstracts*, índices e bibliografias, meios audiovisuais. Inclui também outras formas de publicação, tais como: relatórios técnicos, científicos, leis, contratos, pareceres, entre outros (MATIAS, 2016, p.84).



Assim, afirma-se que o estudo foi pautado em uma análise bibliográfica, ou seja, fundamentado em dissertações, artigos científicos e livros. Além do exposto, também foram utilizadas pesquisas dos documentos obtidos por meio dos relatórios das empresas estudadas e dos padrões estabelecidos nos índices do GRI. A pesquisa documental segundo (GARCIA et al., 2016) é uma técnica referente a análise dos documentos informativos sobre o fenômeno que deseja estudar, conceito totalmente aplicável em decorrência da análise dos relatórios.

Os dados e informações que foram obtidos e evidenciados serviram como base para análise final do estudo e constituíram importante ponto para compreensão do tema central do presente artigo.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para atingir a pesquisa do estudo foi realizada uma análise da gestão de risco socioambiental das empresas, por meio da evidenciação das informações disponibilizadas nos relatórios anuais e de sustentabilidade das 28 empresas selecionadas que estão listadas no ISE. Além disso, busca-se analisar as características das empresas e classificá-las, conforme suas práticas que envolvam o tema do presente estudo.

Na fase preliminar, realizou-se pesquisa bibliográfica procurando identificar estudos acerca da governança organizacional com ênfase no gerenciamento de riscos socioambiental. Após a parte bibliográfica, e a partir da seleção feita, nos dias 13 a 16 de outubro de 2020 foi realizada a leitura prévia dos relatórios anuais, obtidos por meio dos sites das empresas, verificando os itens que tratavam da questão socioambiental. Depois, foi realizada a leitura dos relatórios do GRI que abordam a temática socioambiental para verificar os padrões mundialmente adotados e assim servir de parâmetro para a pesquisa.

Com base nas diretrizes do GRI foram selecionadas 10 características que servem de modelo para a presente análise e assim demonstrar a evidenciação da gestão de risco socioambiental, com base nos elementos gerais do risco. Os referidos elementos foram selecionados a partir do COSO (2013), que estabelece que o gerenciamento de riscos deve ser efetuado de forma alinhada, observando a missão, visão e valores fundamentais da empresa. O COSO é uma organização privada que tem como objetivo recomendar práticas para prevenção de fraudes nos procedimentos internos da empresa. Referida organização definiu uma estrutura conceitual para orientação, implementação e conscientização acerca de melhorias para facilitar o gerenciamento dos controles internos e do gerenciamento de riscos (VAASSEN; MEUWISSEN; SCHELLEMAN, 2013).

A partir das práticas referente ao controle interno especificamente, houve a extensão do COSO I, elaborando-se o COSO II focado na gestão de riscos corporativos. A nova versão adotou postura ativa, aprimorando o COSO I, ao trazer os componentes do gerenciamento de riscos mais comuns, quais são: ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de riscos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividade de controle, informação e comunicação e monitoramento. Existem outros tipos de risco com os quais não foram relatados e estudados no presente



trabalho, podendo assim, ser explorado em pesquisas futuras. (FRAPORTI; BARRETO, 2018).

Para o presente estudo selecionou-se quatro dos componentes, sendo eles utilizados como categorias para análise dos riscos. A identificação, consiste no reconhecimento de possíveis riscos capazes de afetar negativamente a empresa. A avaliação do risco sugere que esses sejam avaliados com base na probabilidade e impacto, as atividades de controle consistem nos procedimentos de controle interno destinados a mitigação dos riscos, podendo possuir caráter preventivo e de detecção. O monitoramento serve para avaliação dos controles a longo prazo, verificando sua efetividade, podendo ser contínuo ou eventual (FRAPORTI; BARRETO, 2018; COSO, 2013). Os referidos elementos utilizados para mensuração da evidenciação das informações divulgadas acerca da gestão de risco, com base no COSO – *Enterprise Risk Management* (ERM) estão elencados no quadro 02:

Quadro 02 – Categorias de riscos analisados

Categorias de riscos
Identificação do risco
Avaliação do risco
Atividades de controle dos riscos
Monitoramento dos riscos

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Assim, analisou-se em cada relatório, a presença das informações sobre as categorias do risco nas características selecionadas a partir do GRI. Para melhor compreensão com base nos relatórios do GRI foram selecionadas as seguintes características, a partir dos códigos dos padrões também descritos no quadro 03:

Quadro 03 – Características selecionadas para análise das categorias do risco

Código GRI	Escopo
302 - <i>Energy</i>	Consumo total de energia e combustível dentro da organização
303 - <i>Water and Effluents</i>	Consumo e descarte da água utilizada
305 - <i>Emissions</i>	Geração e redução da emissão de gases
307 - <i>Environmental Compliance</i>	Multas ou sanções decorrentes da inobservância de leis ou regulamentos ambientais
308 - <i>Supplier Environmental Assessment</i> e 414 - <i>Supplier Social Assessment</i>	Seleção de fornecedores com base em critérios ambientais e sociais
401 - <i>Employment</i>	Rotatividade e benefícios aos empregados



404 - <i>Training and Education</i>	Programas de treinamentos ofertados aos empregados
405 - <i>Diversity and Equal Opportunity</i>	Diversidade e igualdade dentro das organizações
409 - <i>Force or Compulsory Labor</i>	Trabalho escravo ou em condições análogas
413 - <i>Local Communities</i>	Impactos na comunidade local

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Visando evidenciar as medidas adotadas, com base nos relatórios anuais, realizou-se a coleta por empresa acerca das categorias do risco nas características selecionadas. Baseada na coleta de dados realizada, buscou-se categorizá-las, conforme a qualidade das informações divulgadas. O método de evidenciação utilizado foi o trazido por Beuren, Boff e Hein (2009), onde qualificam as informações da seguinte forma no quadro 04:

Quadro 04 – Categorias da qualidade das informações

IC	5	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa nas notas explicativas ou no relatório da administração.
II	3	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se nas notas explicativas ou no relatório da administração, porém de maneira incompleta, deficitária.
IA	1	Informação Ausente	A informação prevista não se encontra nas notas explicativas ou no relatório da administração.

Fonte: Adaptado de Beuren, Boff e Hein (2009).

Na sequência, verificou-se o critério de classificação de cada empresa estudada visando obter a pontuação, conforme o estudo de Beuren, Boff e Horn (2010). A cada característica selecionada com fundamento nos índices do GRI foi designada um peso, a partir da qualidade de suas informações. A atribuição dos pesos foi designada da seguinte forma:

- Informação Completa: 05 pontos
- Informação Incompleta: 03 pontos
- Informação ausente: 01 ponto

Após, foi realizada a contagem de quantas características cada empresa possuía, multiplicando-se esse número pelo peso a elas atribuídos. Como exemplo, se uma empresa possuísse 4 classificações completas (IC), 2 incompletas (II) e 4 ausentes (IA), multiplicar-se-ia $4 \times 5 = 20$, $2 \times 3 = 06$ e $4 \times 1 = 04$. Ao final somar-se-ia o



resultado das multiplicações, resultando na pontuação total, no presente exemplo, a empresa possuiria 30 pontos.

Com base na pontuação obtida, classificou-se as empresas em insuficiente, regular, boa e ótima, utilizando como parâmetro a classificação de evidenciação de Beuren, Boff e Horn (2010) conforme quadro 05:

Quadro 05 – Classificação da evidenciação

Pontuação	Classificação
10 a 20	Insuficiente
21 a 30	Regular
31 a 40	Boa
41 a 50	Ótima

Fonte: Adaptado de Beuren, Boff, Horn (2010)

Assim, considerando o método adotado a pontuação máxima que uma empresa poderia obter é de 50 pontos e a mínima de 10 pontos.

Após a exposição e demonstração da análise feita, foram evidenciadas as conclusões obtidas com a finalidade de observar a qualidade de informações sobre o gerenciamento de riscos socioambientais. Assim, houve a demonstração de que empresas possuem as melhores práticas quanto a gestão de riscos socioambientais dentre as características selecionadas. Finaliza-se o presente estudo comparando as práticas adotadas, frisando a importância dos dados divulgados e a importância de uma boa gestão de risco socioambiental.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESAS

O estudo foi elaborado a partir das empresas que estavam listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, no ano de 2019, o que totalizou 28 empresas. Com o intuito de caracterizá-las, apresenta-se no quadro abaixo, as empresas selecionadas em ordem alfabética, seus setores de atuação e o tempo de atividade no mercado segundo o quadro 06.

Quadro 06 – Características das empresas selecionadas

Empresas	Setor de Atuação	Tempo de atividade no mercado
AES TIETE	Energia	21 anos
BANCO DO BRASIL	Financeiro	212 anos
BRDESCO	Financeiro	77 anos
BRASKEM	Petroquímico	18 anos
B2W	Comércio eletrônico	14 anos
CCR	Concessão rodoviárias	21 anos
CEMIG	Energia	68 anos
CIELO	Financeiro	25 anos



COPEL	Energia	66 anos
DURATEX	Revestimentos	69 anos
ECORODOVIAS	Concessão rodoviária	17 anos
EDP	Energia	22 anos
ELETOBRAS	Energia – Holding	58 anos
ELETROPAULO	Energia	21 anos
ENGIE	Energia	121 anos
FLEURY	Saúde	94 anos
ITAUSA	Financeiro	54 anos
ITAU UNIBANCO	Financeiro	12 anos
KLABIN	Papel e celulose	121 anos
LIGHT	Energia	116 anos
LOJAS AMERICANAS	Comércio Varejista	91 anos
NATURA	Cosméticos	51 anos
MRV	Construção civil	41 anos
RENNER	Comércio varejista	55 anos
RS TELEFONICA	Telecomunicação	22 anos
SANTANDER	Financeiro	163 anos
TIM	Telecomunicações	25 anos
WEG	Energia – motores	59 anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dentre as empresas selecionadas identificou-se que a empresa que possui maior tempo de atuação no mercado brasileiro é o Banco do Brasil com 212 anos, seguido pelo Santander com 163 e pela Klabin e Engie com 121 anos cada. Em contrapartida as empresas mais novas no campo de atuação que se encontram no ISE são a Itaú Unibanco com 12 anos, a B2W com 14 anos, a Ecorodovias com 17 anos e a Braskem com 18 anos. Também se verificou que o tempo médio de atuação das empresas selecionadas totalizam 61,92 anos.

Entre as empresas escolhidas, constata-se que o ramo de maior incidência é o de energia elétrica, possuindo 09 empresas, representando 32,14% do total de empresas. Em sequência têm-se o ramo financeiro que possui 06 empresas, representando 21,42% e os ramos rodoviário, de telecomunicações e comércio varejista que possuem 02 empresas cada, representando 7,14%. Por fim, as outras 7 empresas são de setores diversos e representam juntas 25% das 28 empresas.

Considerando que o setor de energia elétrica possui o maior número de empresas, constatou-se que somando o tempo de atuação de cada empresa no mercado desse ramo, a média totaliza-se 61,33 anos. O setor financeiro, sendo o segundo campo com maior incidência, possui como média de atuação 90,5 anos, representando assim o setor que possui maior tempo de atividade no mercado brasileiro entre o total das empresas caracterizadas.

4.2 EVIDENCIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAL

Para evidenciar a qualidade das informações acerca da gestão de risco socioambiental divulgadas nos relatórios anuais de 2019, utilizou-se o método exemplificado na metodologia.



A pontuação final de cada empresa estudada está devidamente demonstrada no quadro a seguir, onde as siglas IC, II e IA significam respectivamente Informação Completa, Informação Incompleta e Informação Ausente informado no quadro 07.

Quadro 07 – Evidenciação da gestão de riscos socioambiental

Empresas	IC	II	IA	Pontuação Final
AES TIETE	4	2	4	30
BANCO DO BRASIL	3	5	2	32
BRADESCO	2	6	2	30
BRASKEM	6	3	1	40
B2W	8	2	0	46
CCR	8	2	0	46
CEMIG	9	1	0	48
CIELO	6	3	1	40
COPEL	3	6	1	34
DURATEX	2	8	0	34
ECORODOVIAS	0	7	3	24
EDP	3	6	1	34
ELETRORBRAS	4	3	3	32
ELETROPAULO	0	8	2	26
ENGIE	5	3	2	36
FLEURY	3	5	2	32
ITAUSA	1	2	7	18
ITAU UNIBANCO	5	2	3	34
KLABIN	7	2	1	42
LIGHT	0	4	6	18
LOJAS AMERICANAS	1	6	3	26
NATURA	7	2	1	42
MRV	3	6	1	34
RENNER	3	5	2	32
TELEFONICA	3	5	2	32
SANTANDER	3	5	2	32
TIM	5	3	2	36
WEG	2	5	3	28
Totais	106	117	57	938

Fonte: dados da pesquisa

Após efetuar os cálculos, conforme exemplificação na metodologia, obteve-se a pontuação final de cada empresa, permitindo efetuar a classificação das qualidades das informações presentes nos relatórios, do quartis e da porcentagem correspondente, conforme quadro 08:

Quadro 08 – Classificação da evidenciação das questões socioambientais



Empresas	Pontuação final	Classificação	Quartis	100%
CEMIG	48	Ótima	41 a 50 pontos	17,86%
B2W	46	Ótima		
CCR	46	Ótima		
KLABIN	42	Ótima		
NATURA	42	Ótima		
BRASKEM	40	Boa	31 a 40 pontos	53,57%
CIELO	40	Boa		
TIM	36	Boa		
ENGIE	36	Boa		
MRV	34	Boa		
ITAU UNIBANCO	34	Boa		
COPEL	34	Boa		
DURATEX	34	Boa		
EDP	34	Boa		
RENNER	32	Boa		
TELEFONICA	32	Boa		
BANCO DO BRASIL	32	Boa		
FLEURY	32	Boa		
SANTANDER	32	Boa		
ELETROBRAS	32	Boa		
BRADESCO	30	Regular	21 a 30 pontos	21,43%
AES TIETE	30	Regular		
WEG	28	Regular		
ELETROPAULO	26	Regular		
LOJAS AMERICANAS	26	Regular		
ECORODOVIAS	24	Regular		
LIGHT	18	Insuficiente	10 a 20 pontos	7,14%
ITAUSA	18	Insuficiente		

Fonte: dados da pesquisa

Como demonstrado no quadro 08 há uma diversidade de campos de ação das empresas observadas e estudadas que contém a melhor pontuação, sendo classificadas como ótimas, quais sejam: Cemig (Energia), B2W (Comércio eletrônico), CCR (Concessão rodoviária), Klabin (Papel e celulose), Natura (Cosméticos), representando 17,86% do total de empresas estudadas.

As informações mais predominantes nos relatórios dessas empresas foi a informação completa (IC), conseqüentemente as empresas obtiveram boas classificações, visto que a pontuação final obtida proporcionalmente a quantidades de informações completas.

À vista disso, destaca-se que a empresa com a maior pontuação foi a Cemig, visto que das características selecionadas com base no GRI, a partir dos elementos do risco, apresentou 09 informações completas e uma informação incompleta. A empresa obteve 48 pontos do total de 50 pontos atribuídos a quantidade máxima de informações para a classificação das organizações.



Em contrapartida, a empresa que obteve menor pontuação foi a Itausa, visto que apresentou apenas uma informação completa, duas incompletas e sete informações ausentes dentre as selecionadas.

Observou-se também que a maior quantidade do total de empresas está classificada como “Boa” 53,57% por obterem uma pontuação de 31 a 40 pontos, sendo elas: Braskem, Cielo, Engie, Tim, MRV, Itaú Unibanco, Copel, Duratex, EDP, Lojas Renner, Telefônica (VIVO), Banco do Brasil, Fleury, Santander e Eletrobrás. Nessas empresas predominaram mais informações incompletas (II) do que as informações completas da análise.

A outra maior parte das empresas ficou classificada como “Regular”, totalizando 21,43% das empresas pesquisadas que possuem maior predominância de informações incompletas e ausentes (IA), sendo elas: Bradesco, AES Tiete, WEG, Eletro Paulo e Lojas Americanas e Ecorodovias.

Conforme a pesquisa, apenas 7,14% das empresas apresentaram uma classificação abaixo do esperado com maior número de informações ausentes do que as demais, sendo elas: Light e Itausa. Uma empresa de energia e a outra do ramo financeiro (Holding), totalizando o 100% de todas as empresas listadas no ISE da B3 no ano de 2019.

Tendo em vista o total dos dados, analisou-se que a maior quantidade de informações foram as incompletas (II) com um total de 117, seguida de informações completas (IC) com 106 e por fim as ausentes (IA) com 57.

Verificou-se também que as empresas dentro setor de energia, o de maior incidência no estudo, possuem pontuações variadas, estando presentes em todas as categorias de classificações. Já dentre as empresas do setor financeiro, o segundo de maior incidência com 06 empresas, nenhuma obteve classificação ótima. O setor de empresas de telecomunicações, sendo duas, ambas se encontram classificadas como boas.

Entres as pontuações individuais, constata-se que a pontuação mais comum é de 32 pontos que foram obtidos por seis empresas e na sequência, 34 pontos que foram obtidos por cinco empresas. Demonstra-se assim que a média da pontuação das 28 empresas estudadas, corresponde a 33,5 pontos.

Destaca-se que uma das empresas com o menor tempo de atuação no mercado, a B2W obteve 46 pontos, classificando com ótima na qualidade de suas informações acerca da identificação, avaliação, monitoramento e atividades de resposta no gerenciamento de riscos. Já as três empresas com o maior o tempo de atuação no mercado, sejam elas, Banco do Brasil, Santander e Engie, estão classificados como boas, quanto a qualidade das informações declaradas nos seus relatórios anuais.

Acrescenta-se que a divulgação das informações disponibilizadas nos relatórios anuais não é de caráter obrigatório, porém são sugeridas, conforme relatórios do GRI, o que poderá levar a avaliação negativa ou positiva da empresa quanto a preocupação com a questão socioambiental. A evidenciação das categorias de riscos será de grande importância para percepção dos investidores, servindo de base para suas estimativas de retorno. Quanto mais detalhadas as informações, mais precisas as estimativas realizadas pelos investidores (SANTOS; COELHO, 2018).



As categorias do risco utilizadas, conforme o modelo ERM, publicado pelo COSO servem de referência para as práticas de controle interno na empresa, visando o desenvolvimento de alternativas de respostas aos riscos (COSO, 2007). A divulgação das informações acerca da gestão de riscos além de atrair e oferecer maior segurança aos investidores, também proporcionam maior eficiência dos recursos entre os agentes econômicos do mercado (SANTOS; COELHO, 2018).

De forma geral, verifica-se que os resultados do quadro 08, demonstram que dentre os elementos do risco analisados a partir das informações divulgadas, acerca das características selecionados do GRI, a maioria das empresas mencionam de forma completa ou incompleta suas práticas quanto ao gerenciamento de risco socioambiental. Assim, produzem impactos positivos no mercado de trabalho, contribuindo para a confiança dos investidores e do público em geral.

Corroborando com o narrado, o processo de gestão de riscos empresariais voltado para identificação de potenciais riscos, proporcionará maior segurança para a obtenção dos objetivos da organização (VAASSEN; MEUWISSEN; SCHELLEMAN, 2013). Isso, será de fácil percepção quando a empresa possui exemplar divulgação, acerca das informações relacionadas ao gerenciamento de riscos. A divulgação e preparação dessas informações servem de base para a confiança dos investidores, denotando transparência e confiabilidade (FRAPORTI, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise mediante os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas listadas no ISE da B3, é possível observar que a maioria das empresas se preocupam com a forma de divulgação das informações relacionadas com o tema socioambiental. Corroborando com o exposto, dentre as empresas estudadas, 71,43% delas, obtiveram como pontuação da evidenciação do gerenciamento de riscos socioambientais, classificação como ótima ou boa.

Do total de 28 empresas analisadas, 05 empresas obtiveram classificação quanto a gestão de riscos como ótimas, 15 empresas obtiveram a classificação como boas, 06 empresas como regulares e 02 empresas como insuficientes.

Verificou-se que nos relatórios anuais, a maioria das empresas demonstraram os principais elementos da gestão de risco, havendo a identificação, avaliação, desenvolvimento de atividades para mitigação e monitoramento dos riscos. Além disso, também houve a preocupação com a classificação das empresas abordados no presente estudo.

As informações que foram categorizadas quanto a evidenciação da gestão de riscos viabilizou a identificação de que há preponderância das informações completas (IC) em relação as incompletas (II) e as ausentes (IA). Apenas três empresas não apresentaram alguma característica com informações completas, sendo elas, Ecorodovias, Eletropaulo e Light. Em contrapartida, todas as empresas apresentaram no mínimo uma característica incompleta e quatro empresas não apresentaram informações ausentes.

A demonstração de práticas condizentes com as questões sociais e ambientais estão cada vez mais sendo consideradas por investidores e consumidores.



Sendo assim, as empresas ao efetuarem o gerenciamento de riscos, também devem se atentar aos riscos socioambientais que poderão causar impactos negativos ou positivos no mercado, atraindo ou afastando os interesses de investidores e consumidores. Além disso, a questão socioambiental está diretamente relacionada com a sustentabilidade, sendo fator preponderante para a seleção das empresas que integraram o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 em 2019.

As limitações do estudo, consistiram no acesso aos relatórios anuais ou sustentáveis de algumas empresas, entre elas a Itaúsa e Light, o que poderia justificar as suas classificações como insuficientes. A produção e divulgação de relatórios com informações completas deveriam ser de fácil acesso ao público em geral. Outra limitação concentrada se refere as disposições das informações no relatório que nem sempre estão dispostas com clareza das atividades e controles exercidos pelas empresas.

Por fim, recomenda-se para as próximas pesquisas, ampliar as empresas selecionadas, buscando contemplar empresas com práticas socioambientais, porém não incorporados no ISE da B3, realizando assim um estudo comparativo sobre os modelos de gerenciamento de riscos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2007. 584 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 31000. **Gestão de riscos – princípio e diretrizes**. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

BENETTI, Tiago et al. **Governança Corporativa: Planejamento Estratégico e os Conflitos de Agência na Empresa Familiar**. Disponível em: <<http://www.desafioonline.ufms.br>>. Acesso em: 09 out. 2019.

BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. **Adequação da evidência social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 4, n. 8, art. 3, p. 47-68, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34758>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BONETTI, Evandro; WERNKE, Rodney; JUNGES, Ivone. **Aplicação do Economic Value Added em Cooperativa de Crédito Rural**. 2019. Disponível em: <spell.org.br>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRUNSTEIN, J. GODOY, A. S.; SILVA, H. C. (Orgs.) **Educação para Sustentabilidade nas escolas de Administração**. São Paulo: RiMa Editora, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, p.248.



CRESWELL John W. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Bookman, 2014 recurso online (Métodos de pesquisa). ISBN 9788565848411

DAMODARAM, Aswath, **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a toma de riscos empresarias. 1.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

EIDT, Elisa Cristina; COLTRE, Sandra Maria. **Perfil das Empresas Pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50032/perfil-das-empresas-pertencentes-ao-indice-de-sustentabilidade-empresarial--ise-->>. Acesso em: 04 out. 2019.

FARIAS, Luciana Cabral; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; COELHO, Christiano. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de administração em uma instituição superior pública. **Administração**: Ensino e Pesquisa, v. 20, n. 3, ago. 2009.

FRALETTI, Paulo; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Riscos de Mercado: Elemento Diferenciador na administração de Empresas Não Financeiras**. São Paulo, 2003.

FRAPORTI, Simone; BARRETO, Jeanine dos Santos. **Gerenciamento de riscos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

GARCIA, M. O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. F. R. **Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil**. Teoria e Prática em Administração, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41605/usuarios-dapesquisa-documental-em-estudos-sobre-administracao-publica-no-brasil/i/pt-br>. Acesso em: 16 out. 2019.

GIACOMELLI, Giancarlo, et. al. **Governança corporativa**. Porto Alegre: Sagah, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007
GOULART, André Moura Cintra; CARVALHO, L. Nelson. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. Brasília, v. 7, n. 1, p.09-32, 2004.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

KIMURA, Herbert; PERERA, Luiz Carlos Jacob. **Modelo de Otimização da Gestão de Risco em Empresas não Financeiras**. 2005. Disponível em:



<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24206/modelo-de-otimizacao-da-gestao-de-risco-em-empresas-nao-financeiras>>. Acesso em: 20 out. 2019.

MARTINS, Marília Novais da Silva Pereira; CAMPOS, Anderson L. S.; MARTINS, Fellipe Silva. **Influência dos Investimentos Sociais Para Inclusão de Empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41624/influencia-dos-investimentos-sociais-para-inclusao-de-empresas-no-indice-de-sustentabilidade-empresarial--ise->>. Acesso em: 20 out. 2019.

MATIAS, José Pereira. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. 1 recurso online ISBN 9788597008821.

MAZZER, L. P. (2015) **Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Econômico Financeiro**: Um Estudo em Empresas Brasileiras. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis, Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), João Pessoa, PB, Brasil. NESPOLO, Daniele; DIAS, Deise Taiana de Ávila; MILAN, Gabriel Sperandio. Uma revisão bibliográfica sobre a relação entre a auditoria e a governança corporativa. **Global Manager**, v. 11, n. 2, out. 2013

OCDE - Princípios de GC e DE. Disponível em: <<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/63>>. Acesso em: 04 out. 2019.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de *et al.* **Contabilidade internacional**: gestão de riscos, governança corporativa, contabilização de derivativos. São Paulo: Atlas, 2008.

PINHO, Carlos; VALENTE, Ricardo; MADALENO, Mara; VIEIRA, Elisabeth. **Risco financeiro**: medida e gestão. Lisboa: Edições Sílabo, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst Otto. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SARTORI, Simone; LATRONICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M.S.. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 01-



22, mar. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set, 2019..

SANTOS, José Glauber Cavalcante dos; COELHO, Antonio Carlos. **Value-relevance do disclosure: fatores e gestão de riscos em firmas brasileiras**. 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50933/-value-relevance-do-disclosure---fatores-e-gestao-de-riscos-em-firmas-brasileiras>>. Acesso em: 16 out. 2019.

SILVA, V. M.; LUCENA, W. G. L. Contabilidade Ambiental: Análise da Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e a Rentabilidade das Empresas Listadas na [B]3. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 19, n. 2, p. 109-125, 2019
SOUSA, Francisco Santana; ZUCCO, Alba. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Geração de Valor Para os Investidores. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41768/indice-de-sustentabilidade-empresarial--ise--e-geracao-de-valor-para-os-investidores>>. Acesso em: 09 out. 2019.

STEINBERG, Richard M. et al. **Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada**. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2019.

TIOZO, Evandro; LEISMANN, Edilson Luiz. **Análise de risco das empresas listadas no ISE 2018 da B3**. 2019. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/54058/analise-de-risco-das-empresas-listadas-no-ise-2018-da-b3->>>. Acesso em: 04 out. 2019.

THE COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada**: Sumário Executivo. Tradução: Audibra. Estados Unidos: Pricewaterhousecoopers, 2007. Disponível em:<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em: out, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAASSEN, E.; MEUWISSEN, R.; SCHELLEMAN, C. **Controle Interno e sistemas de informação contábil**: sob a ótica de empresas privadas e públicas. São Paulo: Saraiva, 2013. Tradução de: Antonio Benedito Silva Oliveira.